

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO POLÍTICA DE FORMAÇÃO CIDADÃ: POTÊNCIAS E DESAFIOS

Eliane Medeiros Borges¹; Diovana Paula de Jesus²; Priscila Aleixo da Silva³

Grupo 5.4. *Função social da educação à distância: trabalho, cidadania e emancipação*

RESUMO:

A proposta desse artigo é a de buscar entender de que modo conceitos como políticas sociais, educação, cidadania, TIC e Educação a Distância podem se conjugar em algo viável e de importância para os indivíduos que ainda estão às margens de políticas públicas. Busca-se, na realidade, entender a EaD, realizada por meio de tecnologias interativas, como uma política social que teria, entre outros objetivos, a finalidade de proporcionar aos indivíduos uma formação cidadã. Por meio do instrumento de análise de dados obtidos através de questionários aplicados a alunos de um curso a distância, em específico almejou-se articular tais dados como exemplos de que a EaD vem se enquadrando efetivamente como política social, assim como a importância, para os indivíduos afetados por essa política, da continuidade do processo educacional para sua formação cidadã. Como conclusão, constata-se que, por meio de curso a distância, integram-se a um novo universo cultural e comunicacional setores sociais que até então poucas oportunidades tinham de conectar-se ao fluxo de informações e conhecimentos que esta modernidade tardia propicia, pela mediação das TIC. Aqui, insinua-se um processo de inclusão ao conhecimento e ao mundo digital.

Palavras-chave: Educação a Distância, Formação cidadã, políticas públicas de Educação.

ABSTRACT:

DISTANCE EDUCATION AS A CITIZENSHIP EDUCATION POLICY: POTENTIAL AND CHALLENGES

The purpose of this paper is to try to understand how concepts such as social policy, education, citizenship, Information and Communication Technologies and Distance Education can combine into something viable and relevant for individuals who are still on the margins of public policy. It aims understanding present DL, conducted through interactive technologies such as a social policy that would, among other objectives, provide citizenship education to individuals. Through the analysis of data obtained through questionnaires administered to students in a distance course, it becomes clear that DL has been effectively framing social policy as well as the importance of the continuity of the educational process for the individuals affected by this policy. In conclusion, it appears that, through a distance learning course, they integrate a new communication and cultural universe to those which hitherto had few opportunities to connect the flow of information and knowledge that late modernity facilitates

¹ Professor na Universidade Federal de Juiz de Fora – mborges.eliane@gmail.com

² Aluna do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora - diovana_paulaj@yahoo.com.br

³ Aluna do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora - aleixo.priscila@hotmail.com

through ICT mediation. Here, it implies a process of inclusion to the knowledge and digital world.

Keywords: Distance Education, citizenship education, education public policy

1. Introdução

A prática educacional desenvolvida nas últimas décadas vem mudando significativamente, principalmente no que se refere ao acesso ou, mais precisamente, ao direito de acesso a mesma. Usualmente concebida como centro transmissor de cultura e conhecimento, por muito tempo o espaço escolar era algo destinado a uma pequena parcela da população, que representava a elite e a alta cultura, utilizando esse mesmo espaço para perpetuar suas tradições e práticas. É interessante, com isso, poder notar que no final do último século a instituição escolar ampliou suas redes, possibilitando que parcelas da população anteriormente alijadas de seu acesso agora o tivessem como possível (SANTOS, 1997, p. 194). Os créditos são dados principalmente à mudança da postura do estado e das instituições de governo que passaram a tratar do acesso ao ensino e educação como prioritário e de caráter universal. Como exemplo, está anexada à constituição federal de 1988, que assegura a todos o direito à educação, assim como à igualdade de recurso e acesso ao conhecimento, de forma não discriminatória. Nos artigos do capítulo III, seção I, lê-se:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (Alterado pela EC-000.019-1998)

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

Para que a educação venha a cumprir o seu dever, assegurado pela constituição, de chegar a todos os indivíduos com igualdade de condições e acesso, o governo vêm criando políticas que visam em específico auxiliar a inserção educacional do público que até hoje esteve excluído da política educacional, devido, principalmente, à sua condição social e econômica. Essas políticas também teriam o intuito de aprimorar a percepção crítica e a participação ativa dos cidadãos, para que efetivamente se constituam como tal. As políticas sociais, como defende Pedro Demo (1994), seriam as políticas estritamente responsáveis por buscar uma equidade entre os cidadãos, objetivando a redução ou eliminação das desigualdades sociais.

2. Políticas sociais, cidadania e Tecnologias da Educação.

Pedro Demo, que é o autor referência nesse artigo no que se refere às políticas sociais, em seu livro *Política social, Educação e cidadania* (1994), assenta que as desigualdades sociais são compreendidas como um fator histórico-estrutural, já que as mesmas perfazem a própria dinâmica histórica em termos de resistência e necessidade de mudança. As políticas sociais seriam, então, ações governamentais com o compromisso de fazer a mediação entre o homem e suas necessidades, procurando construir uma seguridade social. O autor afirma, portanto, que na perspectiva da desigualdade social histórico-estrutural, toda política social, para ser social, necessita atingir a condição concreta de redução da desigualdade – e nesse sentido, necessita de ser emancipatória. Para melhor compreensão acerca da afirmação do autor, vide o fragmento a seguir:

Política social não é ajuda, piedade ou voluntariado. Mas o processo social, por meio do qual o necessitado gesta consciência política de sua necessidade, e, em consequência, emerge como sujeito de seu próprio destino, aparecendo como condição essencial de fretamento da desigualdade sua própria atuação organizada. Política social emancipatória é aquela que se funda na cidadania organizada dos interessados. Ou seja, não trabalha com objetos manipulados, mas com sujeitos coparticipantes. O processo de emancipação histórica conhece, sobretudo, duas vias mais típicas: a via econômica, traduzida pelo trabalho e pela produção, que pode garantir a auto sustentação; e a via política, traduzida pela formação da cidadania organizada, que pode garantir a autogestão. (DEMO, 1994 p. 25-26.)

Tais políticas seriam, portanto, de extrema importância para a redução da desigualdade, porque podem reconhecê-la e arquitetar modos de acomodação de suas disparidades, buscando atingir a condição de sujeito consciente e organizado em torno de seus interesses. A política social descrita e defendida por Pedro Demo, e aqui incorporada, tem que ser redistributiva, e não apenas distributiva. Se distributiva apenas, não toca a desigualdade social; é necessário, em contraponto, desconcentrar o poder e renda, o que implica atingir concentrações de privilégios, processos de acumulação de poder, de enriquecimento. Política social necessitaria, portanto – e é nesse ponto que é importante tocar – de ser equalizadora de recursos e oportunidades.

Essa opinião já vem sendo assentada e compartilhada por autores de renome no cenário acadêmico nacional. Paulo Freire (1983) é um dos autores que mais reforça a importância do papel da educação para uma efetiva prática cidadã, no que diz respeito a ação dos indivíduos dentro da sociedade. Mais do que isso, o autor também vincula a educação de qualidade à uma atividade libertadora, capaz de desenvolver uma condição de autonomia de um povo ou pessoa. E educação, portanto, seria capaz e deveria buscar incessantemente a emancipação das opressões que restringem ou anulam a liberdade de determinação dos indivíduos; de “ser para si” (FREIRE, 1983, p. 108).

Por se dedicarem a serem equalizadoras de recursos e oportunidades, as mais variadas políticas e ações voltadas para o maior acesso à educação podem ser consideradas políticas sociais. Pedro Demo (1994) define as políticas sociais em três tipos: política socioparticipativa, políticas assistenciais e políticas socioeconômicas. Como componente das socioparticipativas o autor localiza as políticas de cunhos educacionais, justamente porque buscam minimizar as disparidades sociais que causam marginalização e desigualdade de recursos.

As políticas sociais também têm a função de resgatar as funções cidadãs do indivíduo, que são essencialmente o reconhecimento de direitos e deveres garantidos socialmente, assim como a participação ativa na sociedade civil e política. É pertinente, portanto, pensar a necessidade de que desigualdades sociais sejam supridas para que o direito a cidadania possa se tornar efetivamente uma possibilidade para um grupo de pessoas. A este panorama acrescenta-se o fortalecimento de um sistema de informação baseado em novas tecnologias de interação e comunicação,

um novo sistema de comunicação que fala mais a língua universal digital está promovendo a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura como as personalizando ao gosto das identidades e humores dos indivíduos. (CASTELLS, 1999. p. 40)

O novo paradigma tecnológico pautado nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), firmado pelo aprimoramento das tecnologias nos setores de telecomunicação, microeletrônico e computação, vem se desenvolvendo desde a década de setenta. Essas inovações instalaram nos hábitos do homem comum novas formas de interação, comunicação e construção de conhecimento (BLIKSTEIN E ZUFFO, 2006, p. 31), e fizeram surgir novos meios de apreensão e compreensão cognitiva através das tecnologias midiáticas interligadas pelo mundo globalizado. Características como a interatividade e o constante fluxo de informações, ligadas à progressiva facilidade de manuseio dos itens tecnológicos, possibilitaram que uma parcela crescente da sociedade utilize as novas tecnologias digitais como ferramentas que, potencialmente, conduzem a informação, ao conhecimento, ao entretenimento.

E essa possibilidade de integração da informação e dos meios de comunicação mostra a potencialidade motivar e desenvolver uma postura cidadã do indivíduo, na medida em que tais TIC tem um alcance global e possibilitam o acesso ao conhecimento para as mais variadas classes sociais e níveis culturais. A acessibilidade a tais tecnologias atualmente aparece como um grande obstáculo na sociedade do conhecimento, pois determina um espaço dividido entre os que possuem acesso à informação e os que ficam excluídos deste processo – o que implicaria, de modo conseqüente, a exclusão de uma gama de possibilidades abertas por meio do acesso à informação e conhecimento.

Juntamente com o desenvolvimento de tecnologias cada vez mais sofisticadas, voltadas principalmente para a comunicação, a educação também vem se apropriando desses recursos de forma crescente, almejando, com isso, incorporar novas possibilidades de representar o mundo e de se relacionar com ele. Deste modo, progressivamente vem sendo desenvolvidos novos modos de relação ensino-aprendizagem que se estabelecem agora pela mediação tecnológica, em que o meio geográfico – físico – é substituído ou transferido para o meio virtual ofertado pelas redes (CASTELLS, 1999, p. 565).

Essas tecnologias digitais, a partir de seu uso e importância crescentes, possibilitaram que uma forma de ensino específica e, até então, pouco prestigiada, ganhasse força. A Educação a Distância (EaD), repaginada devido à inserção de novas tecnologias interativas que possibilitavam uma mediação do ensino até então não experimentada, ganha força no cenário educacional. Ela faz uso das novas tecnologias de modo a permitir uma recontextualização, expressa aqui pelas palavras de Barreto:

A recontextualização se refere à transferência das tecnologias de informação e comunicação (TIC) da sua área original (não educacionais) para o contexto da educação à distância. As conseqüências que isso traz: um fenômeno complexo, envolvendo, para além de uma simples colonização, um processo de

apropriação cujas características e resultados dependem das circunstâncias concretas dos diversos contextos. (BARRETO, 2006, p.33)

É importante ressaltar, primeiramente, que a EaD é uma modalidade de educação que há muito tempo se efetiva como prática, mas que ganha força e prestígio a partir do desenvolvimento e fortalecimento das tecnologias de informação e comunicação interativas, que tem um grande alcance e possibilitaram o desenvolvimento mais satisfatório de um ensino que aconteceria a distância. Dentre as novas formas de comunicação digital surgidas a internet foi, sem dúvidas, o recurso que modificou o modo de se fazer a EaD, por suas características interativas e quase instantâneas.

A incorporação das TIC'S à EaD tornou essa modalidade educacional mais complexa devido as características da tecnologia digital de flexibilizar as relações de espaço e tempo, propiciar a interação entre pessoas e destas com as informações disponibilizadas e com as tecnologias em uso, ampliar o acesso a informações hipermediáticas continuamente atualizadas, em pregar mecanismos de busca e seleção de informações, permitir o registro de processos e produtos, a recuperação, articulação e reformulação da informação, favorecer a mediação pedagógica em processos síncronos ou assíncronos, criar espaços para a representação do pensamento e produção de conhecimento. (ALMEIDA, 2010, p. 106)

No entanto, percebe-se que, desde o seu advento, a internet apresentou uma grande desigualdade em sua apropriação; no Brasil, à internet abrangeu um público muito restrito, representado por menos de 8% da população no início dos anos 2000³. Atualmente, uma parcela significativa da população já possui acesso à internet, assim como o computador como instrumento de trabalho, entretenimento, comunicação. Ainda há, porém, uma parte que não detêm tal recurso e, conseqüentemente, continua a não desfrutar do acesso à informação e conhecimento por meio de tais tecnologias. Essa situação tende a criar uma desigualdade – social, cultural, informacional – entre os indivíduos, desigualdade essa que pode ser sanada ou amenizada por meio de políticas públicas que visam atender às deficiências encontradas no estado e na situação de sua população.

A proposta desse artigo, portanto, seria buscar entender a EaD, realizada por meio de tecnologias interativas, como uma política social que teria, entre outros objetivos, a finalidade de proporcionar aos indivíduos uma formação cidadã que já seria imanente ao próprio processo educativo, mas que ainda não é realidade para uma parcela de indivíduos. Além do que foi assinalado, procura-se pensar como as tecnologias de interação e comunicação poderiam auxiliar essa formação cidadã dos indivíduos, tendo em vista suas potencialidades no acesso a informação e construção de conhecimento. Busca-se diagnosticar, aqui, algumas indícios do papel que a EaD possui, como modalidade de ensino, inserida em um contexto cada vez mais necessitado de formação, dinamismo e praticidade.

3. Partindo para os dados: o exemplo de um curso à distância

³ As informações utilizadas na construção do parágrafo foram baseadas nas pesquisas de Andrea Brandão Lapa, expostas em sua tese de doutorado concluída no ano de 2005, “A formação crítica do sujeito na Educação a Distância: A contribuição de uma análise sócio espacial”.

De modo efetivo, o presente artigo trata de analisar dados relativos a um curso da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), curso superior de graduação à distância, de público específico e determinado. Serão utilizados dados obtidos por meio da aplicação de questionários aos alunos dos cursos, que vem sendo aplicados de forma contínua aos discentes, a cada semestre, desde o início do curso, em 2008. Objetiva-se, desse modo, traçar um perfil socioeconômico dos alunos de tal curso, buscando associá-los a um perfil mais geral dos alunos de EaD, assim como entender o modo com que os mesmos lidam com as tecnologias presentes e utilizadas no curso. Por fim, busca-se articular os dados obtidos como exemplos do enquadramento da EaD como política social, assim como importante contribuinte para formação cidadã dos indivíduos a ela submetida.

O desenvolvimento de cursos a distância em ambientes institucionais no Brasil é realizado por intermédio de uma instituição unificada, a UAB⁴, que determina organizações e práticas nacionais no que diz respeito às estruturas de cursos. Mesmo percebendo esse grau bastante unificado das determinações estruturais dos cursos à distância, o grupo EDUCCO (Grupo de estudos em Educação, Cultura e Comunicação – UFJF) vem, nos últimos anos, estudando as práticas de alguns cursos a distância e percebendo a necessidade e efetiva possibilidade de desenvolver estruturas e práticas específicas aos cursos, as disciplinas ao contexto particular representado.

Nesse artigo, é tomado para análise o curso de Pedagogia a Distância da UFJF, pertencente ao programa institucional da UAB, em funcionamento contínuo desde o ano de 2008. Sua peculiaridade está em não utilizar material didático impresso pré-elaborado para as disciplinas, como sugerem as orientações da UAB. Sua proposta se concentra na maior utilização dos recursos midiáticos e interativos, como a comunicação pela internet, com o objetivo de construir o conhecimento a partir da interação com os alunos, de forma compartilhada. A interação com os alunos é mediada pedagogicamente pelos tutores à distância do curso, que realizam um verdadeiro trabalho de docência online. O uso mais contínuo das TIC para interação entre aluno-corpo docente requer que os sujeitos dominem o uso de tais tecnologias, para que a interação e participação dos mesmos ocorra efetivamente.

Essa constatação do uso contínuo dos recursos digitais é importante para entender como os alunos vão efetivar sua prática dentro dos cursos, e o papel de tais recursos dentro do processo de aprendizagem. A isso, será conjugado o perfil dos estudantes do curso a distância⁵, objetivando compreender como tais características,

⁴ A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um órgão criado em 2007 pelo governo brasileiro com a finalidade de implementar e ampliar o Ensino a distância por meio da associação das redes federais de educação superior com órgãos municipais.

⁵ Os dados utilizados no presente artigo para traçar o perfil dos alunos do curso analisado se referem à síntese de dados de questionários aplicados de forma contínua aos alunos do curso de Pedagogia, dados esses que vem sendo recolhidos desde 2008. Acerca desses questionários, é relevante também salientar uma questão referente aos gráficos e tabelas aqui apresentados: o número total de respondentes nos gráficos pode variar devido a parcela de respondentes tomada para a análise. Essa parcela pode ser referente a todos os questionários respondidos em determinado semestre, quando é pertinente utilizar todo o contingente analisado. Quando a questão analisada se torna mais restrita, e diz respeito a uma situação específica de determinado pólo ou parcela, foi utilizada aqui uma amostra da população, uma parcela correspondente, que será sinalizada nos gráficos e tabelas em que tal parcela se apresenta.

juntas, poderiam contribuir para a construção de uma formação cidadã por tais alunos, assim como apontar a implementação e fortalecimento da EaD como política social importante.

Como é possível perceber no gráfico apresentado abaixo, o alunado é composto majoritariamente por mulheres, como já é notado também nos cursos presenciais tradicionais de Pedagogia. Acerca da idade, os alunos se dividem de forma até homogênea pelas faixas etárias apontadas, mas percebe-se uma congruência maior para os períodos de 25 aos 35 anos. Em consequência a tal assertiva, percebe-se também que esses alunos já não tinham contato com o ambiente escolar há algum tempo.

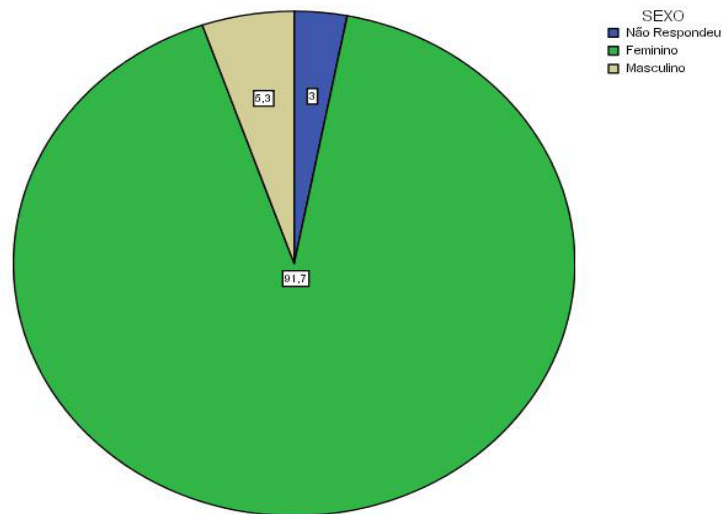


Gráfico 01. Sexo dos alunos (% em um total de 310 respondentes).

Fonte: Coordenação Pedagogia Faced/UFJF, 2010.

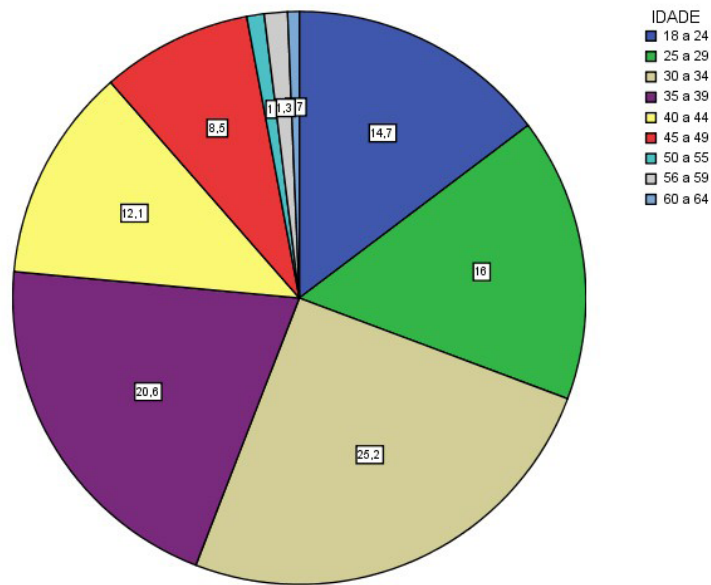


Gráfico 02. Idade dos alunos(% em um total de 310 respondentes).
Fonte: Coordenação Pedagogia Faced/UFJF, 2010.

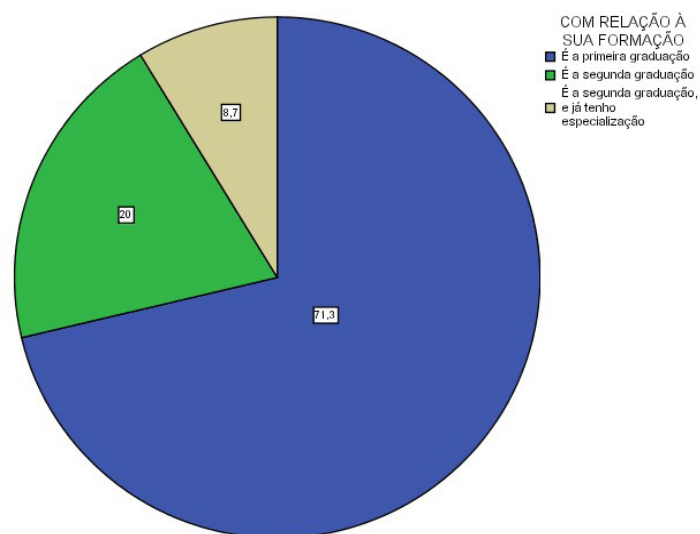


Gráfico 03. Sobre a formação dos alunos(% em um total de 310 respondentes).
Fonte: Coordenação Pedagogia Faced/UFJF, 2010.

Tabela 01. Caso seja a primeira graduação, há quanto tempo terminou o ensino médio:

		Frequência	Percentual	Percentual válido
Valid	De um a três anos	21	6,8	9,6
	De quatro a sete anos	44	14,2	20,2
	De oito a quinze anos	84	27,1	38,5

	De quinze a vinte anos	40	12,9	18,3
	Mais de vinte anos	29	9,3	13,4
	Total	218	70,3	100,0
Missing	Não respondeu	3	1,0	
	Não se aplica	89	28,7	
	Total	92	29,7	
Total		310	100	

Fonte: Coordenação Pedagogia Faced/UFJF, 2010.

A partir dos dados acima apresentados, forma-se o panorama de alunos: em sua maioria mulheres, com mais de 30 anos, que já terminaram sua formação há algum tempo e partem para a primeira graduação agora, em um curso a distância. Para complementar esse perfil, alocam-se dados relacionados à situação civil de tais alunos – em sua maioria casados (cerca de 67% do percentual válido), com filhos (80,3% do percentual válido). Outra característica importante a ser considerada é o fato de que 75,4% dos alunos do curso de pedagogia moram nas cidades-polos do curso, que essencialmente são cidades pequenas, baseadas em atividades rurais, distantes de centros urbanos:

Tabela 2. Cidade em que reside*

		Frequência	Percentual	Percentual Válido
Valid	No polo onde estou matriculado	52	72,2	75,4
	Outra cidade fora do polo	17	23,6	24,6
	Total	69	95,8	100
Missing	Não respondeu	3	4,2	
Total		72	100,0	

Fonte: Coordenação Pedagogia Faced/UFJF, 2010.

* Os dados da tabela se referem a análise dos respondentes de somente um polo, de salinas, devido à falta de oportunidade de conjugar todas as respostas de tal questão.

O que é analisado no artigo aqui descrito é a potencialidade de classificação da política de incentivo a EaD como um tipo de política social, que busca a reinserção de indivíduos marginalizados como atuantes na sociedade. Tomando o curso de Pedagogia da UFJF como exemplo, são mulheres que há muito não tinham contato com o ambiente escolar e acadêmico, morando em cidades pequenas, em que a oportunidade de ensino superior público não havia aparecido até então. Mulheres com compromissos, casadas e com filho, não representariam o perfil normalmente atendido pelas políticas públicas normais do governo, das instituições de ensino tradicionais. Esse novo modo de acesso à educação traria, portanto, um novo público para o ensino superior, a fim de trazer a ele uma qualificação e acesso ao conhecimento.

Outra questão importante para se pensar juntamente a EaD é a inclusão que acontece também no que se refere ao acesso às tecnologias e ao conhecimento e manuseio de tais instrumentos. O primeiro questionário aplicado à primeira turma do curso de Pedagogia mostrou que não era grande o número de pessoas que tinham acesso

ao computador, nem computador em casa para uso pessoal. Como mostra o gráfico a seguir, referente à primeira turma do curso de Pedagogia à distância:

Tabela 3. Alunos que possuem computador em casa (% quando ingressaram no curso)

Você tem computador em casa?	Bicas	Boa Esperança	Coromandel	Ilicínea	Pescador	Salinas	Santa Rita
Sim	75,6	69,4	41,7	43,2	27,9	46,9	50
Não	22	28,6	56,3	50	62,8	46,9	50
Não respondeu	2,4	2	2	6,8	9,3	6,2	-
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Coordenação Pedagogia Faced/UFJF, 2010.

Tabela 4. Alunos que possuem computador em casa (% no sexto período do curso)

Você tem computador em casa?	Bicas	Boa Esperança	Coromandel	Ilicínea	Pescador	Salinas	Santa Rita
Sim	95,7	100	83,8	96,4	76	90,3	83,3
Não	4,3	-	16,2	3,6	24	9,7	16,7
Não respondeu	-	-	-	-	-	-	-
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Coordenação Pedagogia Faced/UFJF, 2010.

Percebe-se, pelos dados, que houve uma aquisição contínua e amplificada de computadores pelos alunos do curso. Isso pode ser explicado por vários fatores, não cabendo aqui afirmar que isso aconteceu somente devido a inserção do aluno em um curso a distância. O fato é que os alunos aqui em questão estariam mais longe das novas tecnologias e do acesso ao conhecimento se não fosse o incentivo uma política que levasse o ensino até eles, por meio de instrumentos de acesso a internet. O curso a distância pode sim ter sido um forte incentivo para que esses alunos, que vem crescendo exponencialmente no país, adquiram computador e tenham acesso à internet e à informação nela contida. Isso também influencia na questão já apresentada mais acima, que se refere ao papel do acesso à informação e da integração ao mundo digital como forma de construção da cidadania.

Além disso, é importante salientar que o próprio perfil do curso, que se mostra baseado na necessidade de interação contínua entre os sujeitos de aprendizado, baseando-se em um contato pelos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), requer uma grande aproximação dos alunos às TIC, assim como uma progressiva familiaridade com esse ambiente virtual que é a internet. Essa necessidade de contato acabaria por levar a uma aproximação cada vez mais continuada, salutar na medida em que o ambiente da rede tem a capacidade de proporcionar aos alunos grande conteúdo e possibilidades de interação e aprendizagem.

4. Conclusão

Nos limites deste trabalho, procuramos estudar a importância da atual política de expansão da educação superior à distância, hoje implementada pela UAB/CAPES. Tal política já tem trazido elementos de promoção sociocultural a parcelas até agora excluídas da educação superior e do acesso à circulação midiática de informação e conhecimento. É importante pensar, justamente por meio dessa promoção, como isso se efetiva de forma prática dentro do corpo discente, assim como os possíveis impactos de tal atividade.

Por meio dos cursos a distância, integram-se a um novo universo cultural e comunicacional setores sociais que até então poucas oportunidades tinham de conectar-se ao fluxo de informações e conhecimentos que esta modernidade tardia propicia, pela mediação das TIC. Uma das expressões relevantes deste novo contexto é a aquisição e utilização de computadores e internet por parte dos que antes só tinham acesso a este novo universo nos polos de apoio presencial, e agora podem fazê-lo em casa. Aqui, insinua-se um processo de inclusão ao conhecimento e ao mundo digital, que pode ser assinalado na pesquisa acima mencionada.

Acreditamos, a partir do estudo dos dados sendo obtidos por meio de permanentes levantamentos junto aos sujeitos-alunos, que a educação à distância, quando feita com qualidade, pode trazer transformações expressivas tanto a estes sujeitos quanto, numa perspectiva mais macro, às comunidades nas quais eles se inserem. Estudantes leem Bourdieu por meio de arquivos digitais, acessam espaços virtuais pela internet, podem se relacionar com professores e tutores de áreas longínquas. Não é possível saber, com clareza, como acontecem tais interações, nem se as mesmas acontecem com a qualidade que sempre é almejada no processo educacional e de construção da cidadania. Estas questões apontam para a necessidade de mais pesquisas. No entanto, o que desde já é possível salientar é que essas interações acontecem, e que elas foram possibilitadas recentemente por meio do ensino a distância.

Acreditamos que aqui estão os primeiros indícios, significativos, da importância da atual política de expansão da educação a distância no Ensino Superior por parte do Ministério da Educação e da CAPES. Percebemos aqui que, estando presente neste novo contexto educacional que desterritorializa saberes uma formação para a cidadania, estes alunos provocarão suas próprias mudanças em seus entornos. Aqui, não se pode perder de vista, se faz formação de formadores.

5. Referências

ALMEIDA, M. E. B. As teorias principais da andragogia e heutagogia. In: LITTO; FORMIGA(Orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education, 2008.

BARRETO, R. G.; LEHER, E. M. T.; GUIMARAES, G. C.; MAGALHÃES, L. K. C. de. **As tecnologias da informação e da comunicação na formação de professores**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 31-42, 2006.



BLIKSTEIN, P.; ZUFFO, M. K. As sereias do ensino eletrônico. In: SILVA, Marco. (Org.). **Educação online: teorias, práticas, legislação, formação corporativa**. São Paulo: Loyola, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A., 1999

DEMO, P. Política Social, Educação e Cidadania. Campinas, SP.: Papirus, 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: social e o político na transição pós-moderna** São Paulo: Cortez, 1997.